

JONATHAN BATE (ED.) (2011).

The Public Value of the Humanities.

London / New York: Bloomsbury Academics, XV+319 pp.

No momento actual de acentuada escassez de recursos públicos, ganha especial relevância o estudo das razões por que esses fundos — dito de modo chão, o chamado dinheiro dos contribuintes — devem ser atribuídos às diferentes funções do Estado.

Este livro, *O Valor Público das Humanidades*, editado por Jonathan Bate, professor de Literatura Renascentista na Universidade de Warwick, no Reino Unido, reúne 26 textos-resposta a uma questão que é dirigida de modo directo às disciplinas humanísticas: “qual o valor público das humanidades?” O que justifica a promoção com fundos públicos da investigação e do ensino das disciplinas humanísticas? Como devem ser alocados os recursos num mundo em que a abundância e a escassez, as necessidades e os recursos se relacionam e cruzam entre si de modos frequentemente pouco claros?

Especialistas de todas as principais disciplinas que constituem uma Faculdade de Letras, e também de outras, que ocasionalmente ou por acidente se podem encontrar dispersas em outras Faculdades respondem à questão, num conjunto muito vasto e variado de argumentos, de descrições e tópicos. A par de argumentação e informação gerais e particulares sobre a importância, o impacto e o significado social, comunitário e formativo das actividades levadas a cabo nos centros de investigação e ensino das Humanidades, o leitor é introduzido também ao panorama das actividades mais actuais de investigação, e em menor grau também do ensino das Humanidades na Grã-Bretanha.

O editor introduz o tema e recolhe as respostas de especialistas nas mais diversas áreas: Estudos Clássicos, Estudos Teatrais, Arqueologia, História, História da Religião, Estudos do Genocídio, Teoria, Crítica e História da Literatura, Teoria e História da Arquitectura, Estudos Cinematográficos, Geografia e estudos interdisciplinares da Paisagem, Teoria e História das Artes Visuais, Design, Museologia, Musicologia, Direito nos seus cruzamentos com as humanidades,

Estudos Políticos, Estudos Culturais, Linguística, Línguas Modernas e, *last but not least*, Filosofia.

“Se acreditam que o conhecimento é demasiado caro, experimentem a ignorância” (9). Esta resposta brevíssima, da pena do editor, poderia apresentar o balanço de todo o inventário do custo-benefício líquido das Humanidades exposto nesta obra.

De modo mais pormenorizado, este livro dá-nos acesso a uma série de projectos concretos em que os centros de investigação actuam e interagem com as comunidades. O principal resultado desta actividade em interacção é a *criação de valor*, que não deixa de ser largamente económico, mas que se dirige também àquilo que é entendido pelos participantes, pelo grande público, ou por públicos determinados e comunidades mais ou menos vastas, como um enriquecimento directo da vida colectiva e pessoal, através de diferentes modos de participação em actividades que para eles são altamente significativas.

São apresentados projectos como a colaboração dos Estudos Clássicos com a encenação do teatro antigo, com êxitos internacionais de representações dos trágicos gregos no espaço anglófono por companhias inglesas, segundo projectos descritos por M. Beard, da Universidade de Cambridge.

Outro exemplo é a difusão de programas sobre achados arqueológicos e património construído como a Muralha de Adriano, ou natural e paisagístico, como o parque nacional de Nothumberland, com que a BBC atingiu audiências importantes e o correspondente retorno comercial, conforme descrito por M. Pearson, da Universidade de Sheffield. A opinião pública britânica, invulgarmente esclarecida e mobilizada no que se refere ao amor próprio manifesto na conservação do património e ambiente que habitam, atribui grande valor à conservação e reabilitação do património construído e natural. Este é um dos pontos onde a cultura e as humanidades simultaneamente promovem o bem e o interesse públicos, sendo por sua vez realimentadas por este, com a criação ou reforço de um valor paisagístico e patrimonial sem preço.

Referidos são também os livros de D. Howard, da Universidade de Cambridge, sobre *Bellini and the East* e *Venice and the Islamic World*, que deram origem a exposições internacionais em Londres, Paris, Veneza, Nova Iorque e Boston.

Também de relevo é a descoberta surpreendente, recuperação, tratamento e apresentação pública da colecção Mitchell & Kenyon de filmes da primeira década do século xx, conforme relata V. Toulmin, da Universidade de Scheffield, descoberta que deu origem a um participadíssimo programa de investigação e redescoberta visual de um mundo desaparecido, igualmente com difusão televisiva e participação local e comunitária muito significativas.

Também são descritos por C. Leyshon, da Universidade de Exeter, projectos onde cultura, património, literatura e integração social andam a par, com resultados notáveis, ou como o estudo da arquitectura promove o bem-estar e a mobilização das populações em relação às suas comunidades e ao seu espaço, por I. Borden, da Univesidade de Londres. Além de diversos casos onde se evidencia o enorme contributo que a investigação humanística dá efectivamente na panorama britânico dos museus, à indústria do design, com elevado valor comercial, ou à programação musical e cultural.

Poderá referir-se ainda ao projecto dos historiadores de Cambridge S. Szreter e A. Reid que criaram um gabinete de História e Política, com comunidade e página na internet, onde são publicados, para o público leigo, breves artigos e textos de opinião, de interesse político actual, com base na informação proporcionada pela investigação histórica mais recente. Este projecto despertou grande interesse a audiência entre pessoas ligadas sobretudo aos media, à política e ONG's.

Vários outros exemplos são dados de projectos concretos de impacto público da investigação e projectos em humanidades na criação de valor a diferentes níveis.

No geral, os argumentos acerca do valor público das humanidades centram-se em diferentes núcleos temáticos, que são certamente válidos não só para o caso britânico que este livro nos traz, mas certamente também para a nossa latitude. Os principais argumentos poderiam sumariar-se como se segue.

- (1) A actividade editorial e a vida intelectual britânicas, de que todos os colaboradores questionados têm a consciência que é das mais ricas do mundo e que garantem uma influência e presença britânicas no mundo muito mais importante do que a dimensão do país permitiria sem o factor humanístico — com dividendos vários.

- (3) O contributo essencial do estudo do passado histórico, das línguas e das culturas para a segurança global e a comunicação entre culturas.
- (4) Um povo educado nos valores humanísticos conduz a uma maior qualidade da vida democrática, estabilidade das instituições, integração com a comunidade e unidade da sociedade.
- (5) O valor económico das indústrias culturais, incluindo media, turismo, edição, conservação do património, arte, design, multimedia, e da criatividade em geral, que não pode prescindir dos estudos históricos, culturais e humanos.
- (6) O prestígio conferido ao país pela importância da sua cultura e criação humanística.
- (7) A defesa da língua e da identidade cultural do país.
- (8) A necessidade do conhecimento das línguas modernas para todas as actividades de relações internacionais, comerciais, políticas ou humanas em geral.
- (9) Estaremos interessados em prescindir do que se chama *educação* e substituí-la pelo *treino* ou uma *aprendizagem* técnica que ignora e é incapaz de interpretação do mundo simbólico onde vivemos? Vivemos num mundo humano, de fins e significados humanos, por maior importância que os meios técnicos nele assumam. E sobre este mundo humano as Humanidades são as ciências que mais ensinam.
- (10) O turismo, o design, o ambiente, a paisagem, o urbanismo dependem sobretudo de que os criadores e o público tenham o amor próprio manifesto no cuidado pelo património e o lugar onde habitam e disponham de ferramentas para o uso e compreensão dos objectos e dos lugares.
- (11) O desenvolvimento da riqueza passa pela capacidade do pensamento crítico, criativo e organizado. O treino na compreensão de situações significativas, da aprendizagem de novos conceitos e de interpretação de situações, discursos e linguagens que constituem a matéria essencial das humanidades, são elementos indispensáveis às sociedades prósperas e inovadoras em quaisquer áreas. Assim, só a formação e

investigação humanística, na Filosofia, na História, na Literatura, nas Línguas, na Arte ou na Geografia ensina a aprender e a pensar de modo articulado, descentrado de lugares comuns, inovador e criativo, condição absolutamente indispensável para a criação de valor numa sociedade próspera.

- (12) E, naturalmente, as humanidades, o pensamento, a arte, a literatura ou o conhecimento do passado, da língua e dos lugares são um fim em si mesmo e exercício primordial de liberdade e valor. A privação desta liberdade, mostra-nos esta obra de Jonathan Bate, conduz directamente à pobreza.

DIOGO FERRER

dferrer@fl.uc.pt

Faculdade de Letras / Colégio das Artes da Universidade de Coimbra